



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

CÂMARA TÉCNICA – PISO SALARIAL DOS AGENTES DA EDUCAÇÃO

Ata da reunião realizada em 25/02/2026

Às 18 horas e 43 minutos, teve início a reunião desta Comissão Especial de Inquérito instituída a partir do Requerimento nº 140/2026, destinada a estudar, analisar e propor medidas para a viabilização e implantação do piso salarial dos Agentes de Educação no Município de Araraquara. Estiveram presentes os membros titulares como representantes do Poder Legislativo os vereadores Alcindo Sabino e Fabi Virgílio, como representantes do Poder Executivo Valeria Longobardo Fontes, Geraldo Aparecido Pimentel Solcia e Andressa Duraes Silva Passos e como representantes da sociedade civil Tatiana Nunes, Aline do Prado Marcatto, Rosimara Arcanja da Silva, Lilian de Paula Pereira e Aline Carla de Brito. Também estiveram presentes os membros suplentes como representante do Poder Executivo Gustavo Antonio de Moraes e como representantes da sociedade civil Gustavo Domingos Jacobucci, Adriana Maria de Souza e Marcele de Matos de Oliveira. Justificaram a ausência os membros Aluisio Boi e Roberto Pereira. Ausente os demais membros. Primeiramente assumiu a coordenação dos trabalhos o vereador Alcindo Sabino. Ato contínuo o coordenador deu ciência aos membros da publicação do Ato da Presidência nº 6/2026, que nomeia os membros da Câmara Técnica. Na sequência, o coordenador leu a minuta do regimento interno. Os membros aprovaram por unanimidade a minuta proposta. Para as comunicações, os membros deliberaram pela criação de um email da Câmara Municipal, a ser definido até a próxima reunião. Em seguida, realizou-se uma discussão sobre o calendário de reuniões. Deliberou-se que as reuniões ocorrerão às segundas-feiras e quintas-feiras, alternadamente, com início às 18 horas e 30 minutos e duração de aproximadamente 01 hora e 30 minutos, podendo o coordenador convocar sessões extraordinárias, mediante comunicação prévia aos membros. Estabeleceu-se que a próxima reunião será dia 02 de março de 2026. Posteriormente os membros sugeriram contatar diversas organizações que podem colaborar com a construção do diálogo, como exemplo citado a UVESP, União dos Vereadores do Estado de São Paulo. Também deliberaram para aprofundar os estudos sobre a Lei Federal nº 15.326, em 6 de janeiro de 2026 e o contexto municipal, referente a quais são os cargos e categorias locais que podem ser contempladas na lei. Por fim, para a próxima reunião, estabeleceu-se como pauta: compartilhar entre os membros os informes gerais sobre o tema, mapear o número de agentes locais e realizar estudos orçamentários iniciais sobre o tema. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 20 horas e 07 minutos. Eu, Brina Deponte Leveguen, consultora legislativa, secretariei os trabalhos e lavrei a presente ata, que foi aprovada por todos os presentes. /=